

Índice Sistemático

<i>Apresentação</i>	XI
Capítulo I – Paradigmas da Justiça Contemporânea e Acesso à Justiça.	1
1.1. Distinção entre os sistemas da <i>civil law</i> e da <i>common law</i>	1
1.2. Outras características dos dois modelos	4
1.3. Acesso ao direito e à justiça	9
1.3.1. Pressupostos do acesso ao direito	10
1.3.2. O acesso à justiça	14
1.3.3. Conteúdo do acesso à justiça	17
Capítulo II – O Direito Processual e as suas Fontes	21
2.1. Conceito e espécies	21
2.2. Fontes do Direito Processual	23
2.2.1. Constituição	23
2.2.2. Tratados internacionais	28
2.2.3. Lei complementar	29
2.2.4. Lei ordinária	31
2.2.5. Leis de organização judiciária, resoluções e regimentos internos dos tribunais	32
2.2.6. Fontes complementares	34
2.2.7. Jurisprudência	36
2.2.8. Equidade	45
2.3. Lei processual no espaço	50
2.4. Lei processual no tempo	53
Capítulo III – Jurisdição	55
3.1. Conceito	55
3.2. Ato jurisdicional x ato legislativo	62
3.3. Ato jurisdicional x ato administrativo	64
3.4. Classificação	71
3.4.1. Jurisdição de conhecimento, de execução e cautelar	73
3.5. Jurisdição contenciosa e voluntária: distinções	75
3.5.1. Jurisdição voluntária: conceito	79
3.5.2. Natureza jurídica	80
3.6. Classificação da jurisdição quanto à natureza do interesse	84
Capítulo IV – Poderes Inerentes à Jurisdição	91
4.1. Poder de decisão	91

4.2. Poder de coerção	93
4.3. Poder de documentação	94
4.3.1. Fé pública.	94
4.3.2. Documentação eletrônica	95
4.4. Poder de conciliação	96
4.5. Poder de impulso	97
4.6. Considerações finais.	97
 Capítulo V – Princípios Informativos da Jurisdição	99
5.1. Princípio da investidura	99
5.2. Princípio da indelegabilidade.	100
5.2.1. Carta rogatória	101
5.2.2. Carta precatória	102
5.2.3. Carta de ordem.	103
5.2.4. Outra exceção	104
5.3. Princípio da aderência da jurisdição ao território	104
5.4. Princípio da inércia da jurisdição.	105
5.5. Princípio da indeclinabilidade da jurisdição	106
5.6. Princípio da unidade da jurisdição.	106
 Capítulo VI – Competência.	109
6.1. Conceito	109
6.2. Finalidades	109
6.3. Competência internacional e competência interna	111
6.3.1. Competência internacional	111
6.3.1.1. Competência internacional concorrente	112
6.3.1.2. Competência internacional exclusiva	114
6.3.2. Competência interna	115
6.3.2.1. Critério objetivo	115
6.3.2.2. Critério funcional	118
6.3.2.3. Critério territorial	119
6.4. Competência absoluta e a reassunção do processo	120
6.5. Regras relativas à competência territorial	125
6.5.1. Regras especiais de competência territorial.	127
6.5.1.1. Foro de eleição	127
6.5.1.2. Foro de situação do imóvel	129
6.5.1.3. Foro do último domicílio do autor da herança	131
6.5.1.4. Foro do domicílio ou da residência do alimentando	131
6.5.1.5. Foro do cumprimento da obrigação	132
6.5.1.6. Foro das ações de reparação do dano decorrente de ato ilícito	132
6.5.1.7. Foro das ações intentadas contra a pessoa jurídica	133
6.5.1.8. Foro da residência da mulher	134
6.5.2. Outras regras especiais.	134
6.5.3. Concorrência entre regras especiais.	136
6.5.4. Competência da Justiça Federal.	137
6.5.5. Ação de consignação em pagamento	139
6.5.6. Execução da sentença arbitral e da sentença estrangeira	139
6.5.7. Execução fiscal	140
6.5.8. Falência e insolvência	140
6.5.9. Ação de cobrança de duplicata.	140
6.5.10. Ação popular	141

6.5.11. Usucapião especial <i>pro labore</i>	141
6.5.12. Jurisdição voluntária	141
6.6. Meios de arguição da incompetência	141
6.7. Conflito de competência	142
 Capítulo VII – Institutos Correlacionados à Competência	145
7.1. Perpetuação da competência	145
7.1.1. Exceções à perpetuação da competência	146
7.1.1.1. Supressão do órgão judiciário	146
7.1.1.2. Alteração da competência absoluta	147
7.1.2. Desmembramento do processo e perpetuação da competência	148
7.2. Prevenção	150
7.3. Conexão	151
7.4. Contínencia	154
7.5. Prorrogação da competência	155
7.5.1. Causas ou ações acessórias	155
7.5.2. Causas ou ações incidentes	156
7.5.3. Causas ou ações consequentes	158
7.5.4. Natureza das regras sobre prorrogação da competência	159
 Capítulo VIII – Ação	161
8.1. Considerações iniciais	161
8.2. Ação como direito cívico	163
8.3. Ação de direito material	163
8.4. Ação como direito ao processo justo	164
8.5. Ação como demanda	164
8.5.1. Partes	165
8.5.2. Pedido	165
8.5.3. Causa de pedir	169
8.5.3.1. O <i>jura novit curia</i>	171
8.5.3.2. Os fatos e o direito identificadores da demanda	172
8.5.3.3. A identidade da ação e o efeito preclusivo da coisa julgada	175
8.6. Ação como direito à jurisdição	176
8.7. Cumulação de ações	178
8.8. Classificação das ações	180
 Capítulo IX – Teorias da Ação e Condições da Ação	185
9.1. As teorias sobre a natureza da ação	185
9.2. O trinômio das questões do processo	187
9.3. Condições da ação	193
9.3.1. Possibilidade jurídica do pedido	194
9.3.2. Interesse de agir	195
9.3.3. Legitimidade	198
9.3.4. Exaustividade das três condições	199
9.4. A teoria da asserção	201
 Capítulo X – Processo	207
10.1. Conceito	207
10.2. Natureza jurídica	209
10.3. Relação jurídica processual: direitos, deveres, ônus e poderes	211
10.4. Processo e procedimento	213

Capítulo XI – Sujeitos do Processo	217
11.1. O juiz	217
11.2. Sujeitos parciais	218
11.3. Sujeitos auxiliares	218
11.4. Sujeitos probatórios	220
11.5. Outros sujeitos postulantes	222
11.5.1. Terceiros intervenientes	222
11.5.2. Ministério Público	223
11.5.3. O advogado	227
Capítulo XII – Atos Processuais	231
12.1. A teoria dos atos processuais e a teoria geral dos atos jurídicos	231
12.1.1. Características dos atos processuais	232
12.2. Classificação dos atos processuais	234
12.2.1. Atos do juiz	234
12.2.1.1. Atos decisórios	234
12.2.1.2. Atos de movimentação	239
12.2.1.3. Atos instrutórios	241
12.2.1.4. Atos de coação	242
12.2.1.5. Atos de documentação	243
12.2.2. Atos das partes	243
12.2.2.1. Atos postulatórios	243
12.2.2.2. Atos dispositivos	244
12.2.2.3. Atos instrutórios	246
12.2.2.4. Atos reais	246
12.2.3. Atos dos auxiliares da justiça	247
12.2.3.1. Atos de movimentação	247
12.2.3.2. Atos de execução ou de coerção	247
12.2.3.3. Atos de documentação	248
12.2.4. Atos dos outros sujeitos processuais	248
Capítulo XIII – Atos de Comunicação Processual	251
13.1. Citação	251
13.1.1. Citação pessoal por mandado	252
13.1.2. Citação pessoal pelo correio	254
13.1.3. Citação com hora certa	255
13.1.4. Citação por edital	255
13.1.5. Citação por meio eletrônico	259
13.2. A nulidade da citação e o comparecimento espontâneo do réu	261
13.3. Efeitos da citação	261
13.4. Intimação	265
13.4.1. Intimação pessoal	266
13.4.2. Intimação pelo correio	267
13.4.3. Intimação pela publicação de aviso no <i>Diário da Justiça</i>	269
13.4.4. Intimação por meio eletrônico	270
13.5. Subsidiariedade recíproca entre as normas que disciplinam os atos de comunicação processual	271
Capítulo XIV – Pressupostos Processuais	273
14.1. Pressupostos subjetivos relativos ao juiz	276
14.1.1. Jurisdição	276

14.1.2. Competência	278
14.1.3. Imparcialidade	278
14.1.3.1. Impedimentos	279
14.1.3.2. Motivos de suspeição	280
14.1.3.3. Aspectos gerais sobre os impedimentos e os motivos de suspeição	281
14.2. Pressupostos subjetivos relativos às partes	282
14.2.1. Capacidade de ser parte	282
14.2.2. Capacidade de estar em juízo	283
14.2.3. Capacidade postulatória	284
14.3. Pressupostos processuais objetivos	288
14.3.1. Inexistência de fatos impeditivos	288
14.3.2. Subordinação do procedimento às normas legais	289
Capítulo XV – Lugar e Tempo dos Atos Processuais	291
15.1. Lugar dos atos processuais	291
15.2. Tempo dos atos processuais	293
15.2.1. Atos urgentes	298
15.3. Prazos processuais	300
15.3.1. Classificação dos prazos processuais	301
15.3.2. Princípios informativos da teoria dos prazos	304
15.3.3. Contagem dos prazos	314
15.3.4. Suspensão e interrupção dos prazos	319
15.3.5. Os prazos no processo eletrônico	319
Capítulo XVI – Defeitos dos Atos Processuais	323
16.1. A teoria dos defeitos dos atos processuais e suas dificuldades	323
16.2. Espécies de defeitos dos atos processuais	325
16.2.1. Inexistência	327
16.2.2. Nulidade e anulabilidade	332
16.2.3. Nulidade absoluta	333
16.2.4. Nulidade relativa	338
16.2.5. Anulabilidade	339
16.2.6. Irregularidade	340
16.2.7. Erro material	342
16.2.8. Ineficácia	343
16.3. Princípios informativos da teoria dos defeitos dos atos processuais	343
Capítulo XVII – Processo e Procedimento	347
17.1. Distinções	347
17.2. A disciplina dos procedimentos no Código de Processo Civil e suas espécies	351
17.2.1. Procedimento comum ordinário	355
17.2.2. Procedimento comum sumário	359
Capítulo XVIII – Despesas Processuais	363
18.1. Sistemas de custeio	363
18.1.1. Momento de recolhimento das despesas	366
18.1.2. Responsabilidade provisória e definitiva	367
18.2. Espécies de despesas processuais	369
18.2.1. Custas em sentido estrito e taxa judiciária	369
18.2.2. Emolumentos	370
18.2.3. Ressarcimento de despesas com a utilização de serviços estranhos ao Poder Judiciário	371

18.2.4. Remuneração de sujeitos auxiliares e secundários do processo	371
18.2.5. Multas	372
18.2.6. Honorários da sucumbência	373
18.2.7. Outras regras relevantes sobre as despesas	375
 Capítulo XIX – Assistência Judiciária	377
19.1. Sistemas de assistência judiciária	378
19.2. Assistência judiciária e assistência jurídica	380
19.3. Conteúdo da assistência jurídica	381
19.4. O beneficiário	381
19.5. Requisito para a concessão da gratuidade	384
19.6. A escolha do advogado	384
19.7. Outros aspectos legais da assistência judiciária	386
19.8. Questões em aberto	387
 Capítulo XX – Processo Cumulativo	389
20.1. Classificação do processo cumulativo	391
20.2. Características da cumulação de ações	393
20.3. Cumulação objetiva e concurso de ações	397
20.4. Cumulação subjetiva: o litisconsórcio	401
20.4.1. Litisconsórcio necessário	401
20.4.1.1. Litisconsórcio multitudinário	404
20.4.2. Litisconsórcio facultativo	407
20.4.3. Princípio da autonomia dos litisconsortes	411
 Capítulo XXI – Intervenção de Terceiros	413
21.1. Assistência	415
21.2. Oposição	420
21.3. Nomeação à autoria	423
21.4. Denunciação da lide	426
21.5. Chamamento ao processo	432
21.6. Recurso de terceiro prejudicado	433
21.7. Embargos de terceiro	435
21.8. Execução coletiva	438
21.9. Intervenção litisconsorcial	442
21.10. Outros tipos de intervenção de terceiros	442
21.10.1. <i>Amicus curiae</i>	442
21.10.2. Outras disposições referentes à intervenção de terceiros	444
 Capítulo XXII – Princípios Gerais do Processo Civil	447
22.1. Princípio da iniciativa das partes	447
22.2. Princípio do contraditório	449
22.3. Princípio dispositivo	454
22.4. Princípio da livre-convicção	459
22.5. Princípio da publicidade	462
22.6. Princípio do impulso processual oficial	464
22.7. Princípio da lealdade processual	467
22.8. Princípio da oralidade	470
 Bibliografia	475

LEONARDO GRECO

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo.

Professor titular aposentado de Direito Processual Civil da Faculdade Nacional
de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Advogado no Rio de Janeiro.

INSTITUIÇÕES DE PROCESSO CIVIL

Processo de Conhecimento

Volume II

3^a edição

Revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2015 by

- **EDITORIA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- 1ª edição – 2009 / 5ª edição 2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Greco, Leonardo

Instituições de processo civil, volume II / Leonardo Greco. 3ª ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-6128-2

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual - Brasil. I. Título.

09-0911.

CDU: 347.91/95(81)

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota à 3 ^a edição	XI
Apresentação à 1 ^a edição	XIII
Introdução.....	XV
 Capítulo I – Petição Inicial	1
1.1. Requisitos	2
1.1.1. Petição escrita.....	2
1.1.2. Indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida	3
1.1.3. Identificação das partes.....	4
1.1.4. Exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos.....	5
1.1.5. Pedido e suas especificações.....	7
1.1.5.1. Pedido certo e determinado.....	8
1.1.5.2. Pedido cominatório.....	12
1.1.5.3. Pedidos alternativos e sucessivos	13
1.1.5.4. Interpretação do pedido e pedidos implícitos.....	14
1.1.6. Valor da causa.....	17
1.1.7. Proposição das provas	22
1.1.8. Requerimento de citação do réu	23
1.1.9. Opção pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação.....	23
1.1.10. Outros requisitos	24
1.2. Formação do processo e estabilização da demanda	27
1.3. Indeferimento da petição inicial	31
1.3.1. Improcedibilidade liminar do pedido	39
1.3.2. Conversão da ação individual em ação coletiva.....	44
1.4. Despacho positivo da petição inicial.....	45
1.5. Audiência de conciliação ou de mediação no código de 2015	47
 Capítulo II – Resposta do Réu	49
2.1. Contestação	49
2.1.1. As questões da contestação e as suas denominações.....	53
2.1.2. Preliminares	55
2.1.3. As defesas diretas de mérito e o ônus da impugnação específica dos fatos	60
2.1.4. As defesas indiretas de mérito e a proposição das provas	63
2.1.5. Princípio da eventualidade	63

2.2. Exceções processuais	68
2.3. Reconvenção	73
2.3.1. Pedido contraposto	77
2.4. Revelia	79
 Capítulo III – Providências Preliminares	 83
3.1. Finalidades	83
3.2. Julgamento conforme o estado do processo	84
3.3. Declaração incidental	85
3.4. Réplica	88
3.5. Audiência preliminar do código de 1973	90
3.6. Despacho saneador	92
3.6.1. A estabilização do saneamento	95
 Capítulo IV – Provas em Geral	 99
4.1. Conceito de prova	100
4.2. Destinatários das provas	104
4.3. A descoberta da verdade	107
4.4. Objeto da prova	113
4.5. Meios de prova	116
4.6. Princípio dispositivo <i>versus</i> princípio inquisitório	118
4.7. Prova civil e prova penal	120
4.8. Ônus da prova	122
4.9. Sistemas de avaliação das provas	125
4.10. Procedimento probatório	127
4.11. Produção antecipada da prova no código de 2015	127
 Capítulo V – Limitações Probatórias	 131
5.1. Conceito	133
5.2. Extensão das limitações probatórias	134
5.3. Classificação das limitações probatórias	136
5.4. Fundamentos para a admissão ou rejeição das limitações probatórias	138
5.4.1. Dignidade humana e privacidade	138
5.4.2. Direito à não autoincriminação	142
5.4.3. Celeridade. Procedimento. Prazos e preclusões	143
5.4.4. Segurança jurídica	147
5.4.5. Credibilidade da prova	149
5.4.6. Proteção da confiança profissional e da solidariedade familiar	151
5.4.7. Interesse público	153
5.4.7.1. Segredos de Estado	155
5.4.8. Boa-fé	157
5.5. Critérios gerais aplicáveis às três espécies	158
5.5.1. Caráter indicativo da proibição de provas suspeitas	158
5.5.2. Flexibilização das limitações procedimentais	159
5.5.3. Ponderação no conflito entre direitos fundamentais	159
5.6. Proibição das provas ilícitas	162

Capítulo VI – Confissão e Depoimento Pessoal	167
6.1. Confissão judicial e extrajudicial.....	168
6.2. Depoimento pessoal	172
6.3. Limitações à confissão e ao depoimento pessoal	174
6.3.1. Incapacidade para prestar depoimento pessoal	175
6.3.2. Proibição de requerer o próprio depoimento pessoal	177
6.3.3. Proibição da presença da parte à tomada de depoimento pessoal da outra	178
6.3.4. A limitação do depoimento pessoal à forma oral.....	178
6.3.5. Proibição de reperguntas do advogado do próprio depoente	179
6.3.6. Escusas de depor	180
6.3.7. Inadmissibilidade da confissão de fatos relativos a direitos indisponíveis	184
6.4. Indivisibilidade da confissão	185
6.5. Anulação da confissão.....	185
Capítulo VII – Prova Documental.....	187
7.1. Conceito de documento	187
7.2. Documento eletrônico	188
7.3. Documentos públicos e particulares e sua força probante.....	191
7.4. Cópias dos documentos públicos e particulares	193
7.5. Arguição de falsidade	194
7.5.1. Procedimento da arguição de falsidade	196
7.6. Exibição de documento ou coisa	198
7.6.1. Escusas de exibição	200
7.6.1.1. Negócios da própria vida da família	200
7.6.1.2. Violão de dever de honra	201
7.6.1.3. Desonra à parte ou a terceiro ou perigo de ação penal.....	202
7.6.1.4. Proteção do segredo de estado e do segredo profissional.....	202
7.6.1.5. Outros motivos graves	203
7.6.2. Documento ou coisa em poder de entes públicos	203
7.7. Procedimento da prova documental.....	205
7.8. Documento novo	207
Capítulo VIII – Prova Testemunhal.....	209
8.1. Conceito	209
8.2. A testemunha	209
8.3. As limitações probatórias subjetivas à prova testemunhal.....	212
8.3.1. Incompatibilidades para depor como testemunhas	212
8.3.2. As incapacidades para depor	220
8.3.3. Testemunhas impedidas ou suspeitas.....	222
8.3.4. Escusas de depor	223
8.4. Deveres das testemunhas	225
8.5. Procedimento da prova testemunhal	226
8.5.1. Proposição	226
8.5.2. Intimação das testemunhas	230
8.5.3. Admissão da prova testemunhal	231
8.5.3.1. Limitações à admissão da prova testemunhal	231

8.5.4. Produção da prova testemunhal	234
8.5.4.1. Local da produção da prova testemunhal	236
8.5.4.2. Incidentes na produção da prova testemunhal	238
8.5.4.3. Reembolso das despesas necessárias ao comparecimento da testemunha em juízo	239
 Capítulo IX – Prova Pericial	 241
9.1. Exames, vistorias e avaliações	241
9.2. Conhecimentos científicos, técnicos e especializados	242
9.3. Espécies de perícia	243
9.4. Perito e assistentes técnicos	243
9.5. Deveres do perito	248
9.6. Força probante da prova pericial	255
9.7. Procedimento da prova pericial	256
 Capítulo X – Presunções e Indícios	 261
10.1. Espécies	262
10.2. Admissibilidade e força persuasiva	265
10.3. Limitações e procedimento	267
 Capítulo XI – Inspeção Judicial	 273
11.1. Conceito	273
11.2. Inspeção judicial e direito à prova	274
11.3. Produção da inspeção judicial	276
 Capítulo XII – Audiência de Instrução e Julgamento	 277
12.1. Princípios que regem a audiência de instrução e julgamento	277
12.2. Fases da audiência de instrução e julgamento	279
12.2.1. Conciliação	279
12.2.2. Instrução	281
12.2.3. Depoimentos, debates e memoriais	281
12.3. Adiamento da audiência de instrução e julgamento	284
12.4. As decisões proferidas na audiência	288
 Capítulo XIII – Sentença	 289
13.1. O conceito de sentença e a Lei n. 11.232/2005	289
13.2. Natureza jurídica	292
13.3. Requisitos da sentença	294
13.3.1. Relatório	295
13.3.2. Fundamentação	295
13.3.3. Dispositivo	297
13.3.4. Requisitos de exteriorização: clareza	298
13.3.5. Precisão	299
13.4. Efeitos da sentença	302
13.4.1. Efeitos principais	302

13.4.1.1.	Efeito declaratório	302
13.4.1.2.	Efeito constitutivo	303
13.4.1.3.	Efeito condenatório	304
13.4.1.4.	Efeito mandamental	305
13.4.1.5.	Efeito executivo <i>lato sensu</i>	306
13.4.2.	Efeitos secundários	308
13.4.3.	Momento de produção dos efeitos da sentença	309
13.4.4.	Efeitos da sentença de improcedência	311
13.4.4.1.	Efeitos da sentença de improcedência nas ações coletivas	311
Capítulo XIV – Coisa Julgada		313
14.1.	Conceito	313
14.2.	Fundamentos da coisa julgada	315
14.3.	A fragilidade da coisa julgada no Brasil	315
14.4.	Coisa julgada como direito fundamental	317
14.5.	Natureza jurídica	321
14.6.	Coisa julgada formal e material	323
14.7.	Sentenças que não fazem coisa julgada	324
14.8.	A coisa julgada e a cognição exaustiva	329
14.9.	Limites da coisa julgada	333
14.9.1.	Limites objetivos	333
14.9.2.	Limites subjetivos	337
14.9.2.1.	Eficácia natural da sentença e autoridade da coisa julgada	337
14.9.2.2.	Coisa julgada nas ações de estado	341
14.9.2.3.	Coisa julgada e os sucessores das partes a título universal ou singular	342
14.9.2.4.	Coisa julgada e substitutos processuais	343
14.9.2.5.	Coisa julgada criminal e sua repercussão na jurisdição civil	343
14.10.	Coisa julgada nas ações coletivas	344
14.11.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	349
Capítulo XV – Tutela Provisória da Urgência e da Evidência		351
15.1.	Breve histórico do surgimento da tutela antecipada	351
15.2.	Espécies e características da tutela antecipada no Código de 1973	353
15.3.	Tutela antecipada e tutela cautelar	356
15.4.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	357
15.5.	Outras questões	358
15.6.	Tutela da urgência e da evidência no Código de 2015	359
15.6.1.	Tutela da urgência cautelar e antecipada	365
15.6.2.	Poder geral de cautela	367
15.6.3.	Procedimento na tutela da urgência	368
15.6.4.	Tutela provisória da evidência	369
Capítulo XVI – Suspensão do Processo		373
16.1.	Suspensão por morte da parte ou do advogado	374
16.2.	Suspensão por convenção das partes	379

16.3. Suspensão pela arguição de incompetência, impedimento ou suspeição do juiz.....	381
16.4. Suspensão para aguardar o julgamento de causa pendente.....	383
16.5. Suspensão por força maior.....	387
16.6. Ação de usucapião especial urbana.....	387
16.7. Outros casos de suspensão.....	388
16.8. Nulidade dos atos praticados durante a suspensão.....	390
 Capítulo XVII – Procedimento Sumário do Código de 1973	391
17.1. Disponibilidade do rito.....	392
17.2. A petição e o despacho iniciais	394
17.3. A audiência de conciliação.....	395
17.4. Audiência final e outras questões	397
 Capítulo XVIII – Juizados Especiais Cíveis	399
18.1. Criação e características dos Juizados Especiais	399
18.2. Competência dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	401
18.3. O juiz e seus auxiliares	402
18.4. As partes	403
18.5. A postulação inicial e a conciliação	405
18.6. A resposta e a instrução	406
18.7. A sentença.....	407
18.8. Julgamentos por equidade	408
18.9. Anômalas extinções do processo.....	410
18.10. Os recursos	411
18.11. Peculiaridades dos Juizados Especiais Cíveis Federais	412
18.12. A criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	414
18.13. Reflexão crítica sobre a experiência dos Juizados Especiais no Brasil	416
18.14. A coisa julgada nos Juizados Especiais Cíveis	417
 Bibliografia	425